

secretariado na Directoria de Faro. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 5218/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de admissão a estágio para ingresso na carreira técnico-profissional de reinserção social.* — Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno de admissão a estágio tendo em vista o provimento de 89 lugares na carreira de técnico profissional de reinserção social do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, aberto pelo aviso n.º 8690/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 2 de Setembro de 2004, homologada por despacho da presidente do Instituto de Reinserção Social de 2 de Maio de 2005, se encontra afixada nos seguintes locais:

Serviços centrais — Avenida do Almirante Reis, 101, 7.º, em Lisboa;
 Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo — Rua de Augusto Rosa, 42, em Lisboa;
 Direcção Regional do Centro — Rua do Brejo, 33, em Coimbra;
 Delegação Regional do Porto — Avenida de Joaquim Kopke, 64, no Porto.

Mais se informa que, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 43.º e da alínea *a*) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do acto de homologação da lista de classificação final cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Justiça no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

3 de Maio de 2005. — A Presidente do Júri, *Isabel Antunes Carvalho*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Declaração n.º 123/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos previstos na alínea *c*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 3.º e na alínea *a*) do artigo 5.º do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 160/99, de 14 de Setembro, 176-A/99, de 30 de Dezembro, 3-B/2000, de 4 de Abril, 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e 30-G/2000, de 29 de Dezembro, pela Declaração de Rectificação n.º 7/2001, de 12 de Março, e pelas Leis n.ºs 109-B/2001, de 27 de Dezembro, 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e 26/2004, de 8 de Julho, e obtido o parecer dos serviços competentes, declaro que reconheço o superior interesse ambiental ao projecto «Activar», desenvolvido pela associação GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, organização não governamental de ambiente de âmbito nacional, para efeitos da respectiva dedução fiscal.

26 de Abril de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 11 200/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Ana Cristina Palma Antunes Catita para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização.

2 — A remuneração mensal ilíquida da ora nomeada é fixada em € 3480, e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indiciária do regime geral da função pública.

3 — A nomeada terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

4 — A nomeada terá direito, quando se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, ao abono

das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

5 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Abril de 2005.

13 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 5219/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que serão afixadas, na data da publicação no *Diário da República* do presente aviso, para consulta, as listas de antiguidade do pessoal dos quadros de pessoal da CCDRC e CCDRC/GAT referentes ao ano de 2004.

Da organização das referidas listas cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o disposto nos artigos 96.º, 97.º e 98.º do decreto-lei acima referido.

4 de Maio de 2005. — O Vice-Presidente, *José Girão Pereira*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho n.º 11 201/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) para a Divisão de Monumentos da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral, deram entrada duas candidaturas, para os efeitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

Considerando que o candidato arquitecto principal Carlos Abel Proença Barata do Amaral, do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral, reúne todos os requisitos do perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, é dotado de competência técnica e aptidão para o exercício das funções de direcção e coordenação adequadas ao cargo de chefe da referida Divisão;

Considerando ainda o atrás exposto e nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, o arquitecto Carlos Abel Proença Barata do Amaral para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) para a Divisão de Monumentos da referida Direcção Regional, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Anexa-se síntese de nota curricular académica e profissional.

28 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Vasco Martins Costa*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Carlos Abel Proença Barata do Amaral;
 Naturalidade — Lisboa;
 Habilitações académicas — em 1987, licenciatura em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Experiência e situação profissional:

21 de Dezembro de 2004 — nomeado, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Monumentos da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral;
 7 de Julho de 2003 — arquitecto principal do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral;
 2 de Maio de 2002 — arquitecto de 1.ª classe do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral;
 14 de Outubro de 1999 — técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção Regional de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico;
 25 de Setembro de 1998 — técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção Regional de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico.